

## **MARREY JÚNIOR, JOSÉ ADRIANO**

\*dep. fed. SP 1927-1930; rev. 1932; dep. fed. SP 1950-1953.

*José Adriano Marrey Júnior* nasceu em Itamarandiba (MG) no dia 7 de agosto de 1885, filho do comendador José Adriano Marrey e de Clara de Barros Marrey.

Fez o curso primário em Teófilo Otoni (MG) e o secundário em São Paulo. Ainda na capital paulista, ingressou na Faculdade de Direito em 1902, bacharelando-se em 1906. Trabalhou a seguir como advogado em Santa Ifigênia, distrito de São Paulo, onde foi também eleito juiz de paz.

### **NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Ingressou na política como vereador em São Paulo, de 1915 a 1920. De 1919 a 1926, exerceu o mandato de deputado estadual. Foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) de São Paulo, ao lado de Francisco Morato, Frederico Vergueiro Steidel, Valdemar Martins Ferreira, Reinaldo Porchat, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, Joaquim Sampaio Vidal e outros. Criado em 1926 sob a liderança de Antônio de Almeida Prado, o PD opunha-se à predominância do Partido Republicano Paulista (PRP) nos níveis estadual e federal.

Em 1927 foi escolhido, com Francisco Morato e Paulo de Moraes Barros, para candidatar-se a deputado federal por São Paulo na legenda do PD. Eleito, marcou sua atuação na Câmara por intensa oposição ao perrepismo, representado pelo presidente do estado, Júlio Prestes, e pelo presidente da República, Washington Luís. Denunciou violentamente o PRP pela utilização de recursos fraudulentos para manter-se no poder. Após as eleições municipais na cidade de São Paulo em 30 de outubro de 1928, chegou mesmo a apelar para que se decretasse a intervenção federal no estado.

Foi um dos líderes mais destacados do PD na campanha da Aliança Liberal, tendo inclusive articulado, com outros, a visita a São Paulo de Getúlio Vargas e João Pessoa, candidatos liberais respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. A visita resultou em importante comício.

### **NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA**

A vitória da Revolução de 1930 acarretou o afastamento do PRP tanto da presidência da República quanto da administração paulista. O PD esperava assumir o poder em São Paulo, em vista de sua participação na campanha liberal e nas articulações revolucionárias, mas tal não ocorreu: Vargas, chefe nacional do movimento, relegou as elites políticas paulistas a um plano secundário, prestigiando os “tenentes”, que, após várias insurreições na década de 1920, haviam participado da revolução vitoriosa. Desse modo, em 25 de outubro, um dia depois da queda de Washington Luís, o capitão João Alberto Lins de Barros foi nomeado delegado militar da revolução no estado, com plenos poderes para assegurar “a consolidação definitiva da obra revolucionária”. Esse fato não impediu, porém, que o PD apoiasse o novo governo, o que foi manifestado em nota da direção do partido, assinada entre outros por Marrey Júnior.

Durante o mês de novembro, manteve-se a colaboração entre o PD e o governo revolucionário. No interior do próprio partido, Marrey Júnior liderava uma corrente que, em oposição às facções que encaravam a nova situação com reservas, tendia à estreita colaboração com as lideranças tenentistas. Segundo Paulo Nogueira Filho, esse grupo era “uma legião pioneira de sadio popularismo inclinado para a esquerda”. Assim, Marrey Júnior prestou homenagem ao líder tenentista Miguel Costa, quando este teve restituída sua cidadania brasileira cassada pelo governo anterior. No dia 14 de novembro foi convidado por João Alberto, já nomeado, mas ainda não empossado interventor federal em São Paulo, para integrar uma comissão de exame da questão operária, que emergia em São Paulo com greves e manifestações. O resultado dos trabalhos da comissão foi o Manifesto ao operariado em geral, lançado no dia 16 seguinte, onde se sugeria que diversas reivindicações trabalhistas fossem convertidas em lei. Uma semana após a publicação do manifesto, a comissão foi contudo dissolvida por João Alberto, que tomou posse como interventor federal em São Paulo no dia 25 de novembro de 1930.

Entretanto, o entendimento entre democráticos e “tenentes” foi-se deteriorando à medida que se aprofundavam as divergências entre os dois grupos e que o PD percebia que lhe estava vedado o acesso ao poder em São Paulo. Iniciou-se então um conflito que se avolumou continuamente a partir do início de 1931. Em julho desse ano, João Alberto foi exonerado da interventoria, sendo substituído pelo civil Laudo de Camargo, que se manteve no cargo apenas até novembro. Outro militar, o coronel Manuel Rabelo, assumiu então o

governo paulista.

O conflito ampliou-se de tal modo que, em 13 de janeiro de 1932, o PD investiu violentamente contra a administração federal e seu representante em São Paulo, lançando manifesto no qual denunciava a política econômica do governo provisório, a marginalização política de São Paulo e a atitude discriminatória do interventor em relação aos paulistas. Concluía propondo a luta pela constitucionalização do país e pelo fim da interventoria. Pouco depois, com os mesmos objetivos, o PD e o PRP se uniram, dando origem à Frente Única Paulista (FUP), que lançou seu manifesto em 16 de fevereiro de 1932. Marrey Júnior, como membro da direção do PD, foi signatário de ambos os documentos.

Em maio de 1932 crescia a agitação social em São Paulo. Miguel Costa procurava liderar as lutas operárias, e o governo estadual, às voltas com as divergências em seu interior entre tradicionais líderes paulistas e adeptos do tenentismo, via-se impossibilitado de agir. Marrey Júnior e Antônio Feliciano da Silva, buscando fórmulas capazes de evitar o conflito armado, dirigiram-se a Getúlio Vargas e sugeriram, como meio de apaziguamento, que o governo estadual fosse entregue aos democráticos. Essa proposta causou no interior da FUP desconfianças que se tornaram ainda maiores quando Marrey Júnior manteve contato com o então ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, durante a visita, preparada por Miguel Costa, que este fez a São Paulo em fins de maio de 1932. Quase às vésperas da eclosão do levante armado irrompido em julho, Marrey Júnior participou, com Vicente Rao, Henrique Bayma, Vicente Pinheiro e José Joaquim Cardoso de Melo Neto, da elaboração do anteprojeto de programa do PD, que seria posto em prática em caso de vitória do movimento. Nele, o Senado passaria a denominar-se Conselho Federal, e unidades federativas seriam divididas em estados, províncias e territórios. Previam-se eleições indiretas para os cargos de presidente da República, governante estadual e senador, enquanto o voto direto seria reservado para a escolha de prefeitos municipais, vereadores e deputados estaduais e federais. A religião católica receberia tratamento preferencial em relação aos demais cultos. Durante a Revolução de 1932, Marrey Júnior foi um dos intermediários, ao lado de Vicente Pinheiro e Agostinho Rizzo, entre os rebeldes paulistas que se encontravam em Guaxupé (MG) e a Força Pública de Minas Gerais, que os revolucionários procuraram conquistar para o movimento. Frustrada essa tentativa, os insurretos decidiram retirar-se do território

de Minas, cujas forças pouco depois penetraram no estado de São Paulo. Em 19 de outubro de 1932, após o fracasso do levante, Marrey Júnior publicou sobre ele uma análise crítica no *Diário da Noite*. Nesse texto, considerou o movimento uma aventura, por não contar com alianças nacionais sólidas, e acusou de irresponsável a direção do PD. Em consequência, foi excluído do partido.

Em 1933 esteve preso por ordem de Valdomiro Lima, então interventor em São Paulo. Segundo José Carlos de Macedo Soares, citado por Hélio Silva, ao ordenar sua prisão, Valdomiro teria pretendido afastar um possível sucessor no governo do estado, já que Marrey, por suas posições tendentes a conciliar o tenentismo com as elites políticas paulistas, poderia eventualmente ser útil ao governo federal como interventor.

### APÓS 1937

Durante o Estado Novo, Marrey Júnior foi membro do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo. Entre 1943 e 1945, sob o interventor Fernando Costa, ocupou o cargo de secretário da Justiça e Negócios Interiores. Em setembro de 1945, com a reorganização da vida partidária resultante da erosão do regime, fundou, com outros correligionários, o Partido Popular Sindicalista (PPS), do qual foi eleito presidente, tendo como vice Olavo de Oliveira. Da comissão diretora do PPS faziam parte alguns políticos que haviam colaborado estreitamente com o Estado Novo, como Miguel Reale e Raimundo de Monte Arrais. O partido teve curta duração: em 1946 fundiu-se com o Partido Republicano Progressista e o Partido Agrário Nacional, união da qual resultou o Partido Social Progressista (PSP), dirigido por Ademar de Barros.

Em 1947 Marrey Júnior elegeu-se vereador em São Paulo, tendo sido o candidato mais votado do pleito. Durante o mandato, que exerceu até janeiro de 1951, ocupou a presidência da Câmara Municipal. Como vereador, criou leis de proteção à infância e foi o autor da primeira lei paulista relativa a processo de acidentes de trabalho. Apresentou ainda projeto sobre um patronato para egressos da penitenciária, e outro que visava disciplinar a venda e o uso de bebidas alcoólicas.

Em 1950 elegeu-se deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ocupando uma cadeira na Câmara em fevereiro de 1951, defendeu os direitos civis da mulher casada, principalmente no que se referia ao exercício de qualquer

cargo, e presidiu a Comissão de Constituição e Justiça em 1952. Renunciou ao mandato em abril de 1953 para assumir a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura de São Paulo.

Foi membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dos institutos dos Advogados Brasileiros e de São Paulo, tendo exercido neste último o cargo de vice-presidente. Pertenceu ainda a várias outras associações de profissionais de direito e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi presidente do Conselho do Tribunal de Contas paulista, até se aposentar.

Faleceu em 14 de março de 1965.

Foi casado com Zenóbia Tostes Marrey.

Além de artigos na imprensa, discursos, pareceres e folhetos forenses, publicou *Em torno de uma herança (comentários à lei civil)*.

*Jorge Miguel Mayer*

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; AUDRÁ, A. *Bancada*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Súmulas*; CARONE, E. *Estado*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CRUZ, E. *História do Pará*; FRANCO, A. *Estadista*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; LEHMANN, O. *José*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEITE, A. *Páginas*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1930.